



## Resolução nº 01 – SEMTI – Política de Segurança da Informação

*“Instrução Normativa nº 01, de 26 de junho de 2024 o uso de recursos da Tecnologia da Informação disponibilizados pela Prefeitura do Município de Natividade da Serra, e dá outras providências”.*

**Gilberto Fernandes de Faria**, Responsável do Setor Municipal de Tecnologia da Informação da Prefeitura Municipal de Natividade da Serra, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e,

**CONSIDERANDO** a necessidade de normatizar o uso apropriado dos recursos da tecnologia da informação no âmbito da Prefeitura do Município de Natividade da Serra, promovendo a proteção dos usuários, dos equipamentos, dos softwares, dos dados dos contribuintes e da própria Administração Pública;

**CONSIDERANDO** a necessidade de garantir a segurança das informações geradas, adquiridas, processadas, armazenadas e transmitidas no âmbito da Administração Municipal, de forma a atender aos princípios da confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e legalidade;

**CONSIDERANDO** que as ações de segurança da informação reduzem custos e riscos e aumentam os benefícios prestados aos cidadãos, ao permitir a oferta de processos, produtos e serviços suportados por sistemas de informações mais seguros;

**CONSIDERANDO** que os servidores públicos devem zelar pelas informações que lhes são confiadas no exercício de suas funções;

**Resolve:**

**Art. 1º Fica instituída a Política de Segurança da Informação no âmbito da Prefeitura do Município de Natividade da Serra:**

§ 1º A Política de Segurança da Informação constitui um conjunto de diretrizes e normas que estabelecem o princípio de proteção, controle e monitoramento das informações processadas, armazenadas e custodiadas pela Administração Municipal, aplicando-se a todos os órgãos do Poder Executivo Municipal.

§ 2º Compete ao Chefe do Setor Municipal de Tecnologia da Informação a coordenação das políticas de gestão da segurança da informação no Município.

**Art. 2º Para efeito desta Resolução ficam estabelecidos os seguintes conceitos:**

I- **Autenticidade:** garantia que a informação é procedente e fidedigna, capaz de gerar evidências não repudiáveis da identificação de quem a criou, editou ou emitiu;

II- **Confidencialidade:** garantia de que as informações sejam acessadas e



reveladas somente a indivíduos, órgãos, entidades e processos devidamente autorizados;

**III- Dado:** parte elementar da estrutura do conhecimento, computável, mas, incapaz de, por si só, gerar conclusões inteligíveis ao destinatário;

**IV- Disponibilidade:** garantia de que as informações e os recursos de tecnologia da informação estejam disponíveis sempre que necessário e mediante a devida autorização para seu acesso ou uso;

**V- Gestor da informação:** pessoa detentora de competência institucional para autorizar ou negar acesso à determinada informação ao usuário;

**VI- Incidente de segurança da informação:** um evento ou uma série de eventos de segurança da informação indesejados ou inesperados, que tenham uma grande probabilidade de comprometer as operações do negócio e ameaçar a segurança da informação (ISO/IEC 27001);

**VII- Informação:** conjunto de dados que, processados ou não, podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

**VIII- Integridade:** garantia de que as informações estejam protegidas contra manipulações e alterações indevidas;

**IX- Legalidade:** garantia de que todas as informações sejam criadas e gerenciadas de acordo com a legislação em vigor;

**X- Log:** registro de atividades gerado por programa de computador que possibilita a reconstrução, revisão e análise das operações, procedimento ou evento em sistemas de informação;

**XI- Não repúdio:** garantia de que um usuário não consiga negar uma operação ou serviço que modificou ou criou uma informação;

**XII- Recursos da tecnologia da informação:** recursos físicos e lógicos utilizados para criar, armazenar, manusear, transportar, compartilhar e descartar a informação, dentre estes podemos destacar os computadores, notebooks, tablets, pendrives, mídias, impressoras, scanners, softwares, etc

**XIII- Risco:** combinação de probabilidades da concretização de uma ameaça e seus potenciais impactos;

**XIV- Segurança da informação:** preservação da confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação; adicionalmente, outras propriedades, tais como autenticidade, responsabilidade, não repúdio e confiabilidade, podem também estar envolvidas (ISO/IEC 27001);

**XV- Senha:** conjunto alfanumérico de caracteres destinado a assegurar a identidade do usuário e permitir seu nível de acesso aos recursos da tecnologia da informação não disponíveis ao público, de uso pessoal e intransferível;

**XVI- Tecnologia da informação e comunicação:** solução ou conjunto de soluções sistematizadas baseadas no uso de recursos tecnológicos que visam resolver problemas relativos à geração, tratamento, processamento, armazenamento, veiculação e reprodução de dados, bem como subsidiar processos que convertem dados em informação;

**XVII- Usuário:** funcionário, servidor, comissionado, estagiário, prestador de serviço, terceirizado, conveniado, credenciado, fornecedor ou qualquer outro indivíduo ou organização que venham a ter relacionamento, direta ou indireta, com os órgãos e entidades da Administração Municipal;

**XVIII- Violação:** qualquer atividade que desrespeite as diretrizes estabelecidas nesta política ou em quaisquer das demais normas que a complementem.

### **Art. 3º Constituem objetivos da Política de Segurança da Informação:**

**I** – Dotar a Prefeitura do Município de Natividade da Serra de instrumento jurídico, normativo e institucional que a capacite de forma técnica e administrativa, com o objetivo



de assegurar a confidencialidade, a integridade, a autenticidade, o não repúdio e a disponibilidade dos dados e das informações tratadas, classificadas e sigilosas da Administração Municipal;

**II** – Está sendo analisado e deverá ser aplicada no ano subsequente, onde estabelecerá e controlará os níveis de acesso de fornecedores externos aos sistemas, equipamentos, dispositivos e atividades vinculadas à segurança dos sistemas de informação;

**III** – Incorporação da cultura da segurança da informação, por todos os usuários, como um elemento essencial em seus hábitos e atitudes dentro e fora da organização.

**Art. 4º** A Política de Segurança da Informação instituída nesta Resolução reger-se-á pelos seguintes princípios:

**I** – Tratamento da informação como patrimônio, tendo em vista que a divulgação das informações estratégicas de qualquer natureza pertencentes à Administração deve ser protegida de forma adequada, com vistas a evitar alterações, acessos ou destruição indevidos;

**II** – Controle de acesso às informações, tendo como orientação a classificação definida no inciso I deste artigo, respeitando a legislação vigente e considerando, ainda, que:

**a)** Educação em segurança da informação, devendo ser observado pelo usuário a correta utilização das informações e dos recursos computacionais disponibilizados.

**Art. 5º** Compete ao Setor de Tecnologia da Informação:

**I** – Elaborar e revisar continuamente os procedimentos e a normatização relacionada ao processo de gestão da segurança da informação;

**II** – Avaliar propostas de modificação da Política de Segurança da Informação encaminhadas pelos demais órgãos administrativos da Administração Municipal;

**III** – Planejar, elaborar e propor estratégias e ações para institucionalização da política, normas e procedimentos relativos à segurança da informação;

**Art. 6º** Compete ao Setor de Tecnologia da Informação, complementarmente às demais diretrizes estabelecidas nesta Resolução:

**I** – Responsabilizar-se pela exatidão, integridade e atualização da informação sob sua custódia;

**II** – Subsidiar ao setor de Tecnologia da Informação na compatibilização de estratégias, planos e ações desenvolvidos no âmbito da Administração Municipal relativos a segurança da informação;

**III** – Realizar análise de riscos em processos, em consonância com os objetivos e ações estratégicas estabelecidas pelo Poder Executivo, e atualizá-la periodicamente;

**IV** – Relatar os incidentes de segurança da informação para que sejam tomadas as devidas providências em conjunto com as áreas diretamente envolvidas.

**Art. 7º** Compete ao Setor de Tecnologia da Informação aplicar no ano de 2024:

**I-** Por conta da crescente necessidade de aprimorar a segurança de dados e garantir a integridade dos servidores no âmbito da prefeitura, é necessário a realização de um levantamento minucioso da viabilidade de implementação de um avançado sistema de controle de usuários, pastas, acessos e navegação na internet, este sistema proposto visa instituir um controle individualizado para cada usuário, com atribuição exclusiva de login e senha.

**II-** Determina-se aprimorar os sistemas internos de backups de dados,



incorporando medidas de proteção adequadas e promovendo o armazenamento seguro em nuvem.

**III-** Com o intuito de reforçar a segurança nos servidores, determina-se a implementação de um sistema avançado de identificação de ataques e invasões, com vistas a prevenir e mitigar potenciais ameaças;

**IV-** Em colaboração com a Diretoria de Tecnologia da Informação, será conduzido um exame criterioso para identificar os setores que requerem reforço de segurança, com a instalação de antivírus e a implementação de monitoramento diferenciado de dados conforme necessário.

**Art. 8. Ao perder o vínculo com a Prefeitura todos os acessos do usuário aos recursos da tecnologia da informação serão excluídos, suas contas de e-mails canceladas e seu conteúdo pessoal apagado:**

**§1º-** Fica a Diretoria Municipal de Tecnologia da Informação, através do Departamento de Relações Humanas, responsável por repassar ao setor da Informação, a qualquer tempo, as demissões/exonerações, do quadro de funcionários, para que as providências acima sejam tomadas.

**§2º-** Em caso de desligamento, o funcionário não poderá excluir arquivos ou documentos, estes pertencentes a Administração Pública.

**Art. 9. É dever do usuário, em consonância com a Política de Segurança da Informação estabelecida nesta Resolução:**

**I** – Comunicar imediatamente ao seu superior hierárquico qualquer suspeita de que estejam sendo executados atos em seu nome por meio dos recursos da tecnologia da informação;

**II** – Zelar pela integridade física dos equipamentos de informática utilizados, evitando submetê-los a condições de riscos, mantendo-os afastados de líquidos e alimentos, não danificando as placas de patrimônio, não colando qualquer tipo de adesivo nos equipamentos ou qualquer material e/ ou utensílio que possa danificá-los, e comunicando ao órgão competente qualquer anormalidade ou defeito;

**III** – Zelar pela segurança da informação que esteja sob sua custódia em razão de seu exercício funcional.

**Art. 10. É proibido aos usuários:**

**I** – Utilizar os recursos da tecnologia da informação em desacordo com os princípios éticos da Administração Pública;

**II** – Visualizar, acessar, expor, armazenar, distribuir, editar ou gravar material de natureza pornográfica, racista, jogos, música, filmes e outros relacionados, por meio de uso de recursos tecnológicos desta Prefeitura;

**III** – Acessar sites ou serviços que representem risco aos dados ou à estrutura de redes da Prefeitura;

**IV** – Fazer cópias não autorizadas dos softwares desenvolvidos ou adquiridos pela Prefeitura.

**Art. 11. São considerados usos inadequados dos equipamentos de informática:**

**I** – Instalar hardware em computador da Prefeitura;

**II** – Instalar softwares de qualquer espécie em computador da Prefeitura;



**III – Reconfigurar a rede corporativa ou inicializa-la sem prévia autorização expressa;**

**IV– Efetuar montagem, instalação, alteração, conserto ou manutenção em equipamentos da Prefeitura sem o conhecimento do setor de Tecnologia da Informação;**

**V – Alterar o local de instalação dos equipamentos/hardwares de informática, sem prévia autorização;**

**Art. 12. Compete exclusivamente o setor de Tecnologia da informação realizar backup diário dos dados armazenados nos servidores internos da Prefeitura:**

**Parágrafo único.** Não compete ao setor de Tecnologia da informação fazer backup diário ou periódico de informações armazenadas localmente nos computadores, porém, a mesma deverá orientar os usuários quanto as melhores práticas para realização de backups para aplicativos instalados em computadores locais e quanto a importância de salvar os arquivos mais importantes na rede da Prefeitura.

**Art. 13. É considerado uso inadequado da internet:**

**I – Acessar informações consideradas inadequadas ou não relacionadas às atividades administrativas, especialmente sites de conteúdo agressivo (racismo, pedofilia, nazismo, etc.), de drogas, pornografia e outros relacionados;**

**II – Realizar acessos às plataformas de streaming, sites de compras e ou vendas, quando não relacionadas as funções e/ou atividades que desempenham.**

**III – Fazer download de arquivos e outros que possam tornar a rede local vulnerável a invasões externas e ataques a programas de código malicioso em suas diferentes formas;**

**IV– Violar os sistemas de segurança da Prefeitura;**

**V – Alterar os registros de acesso à internet;**

**VI– Realizar ataque ou invadir computadores da Prefeitura;**

**VII – Utilizar acesso à internet provido pela Prefeitura para transferência de arquivos que não estejam relacionados às suas atividades;**

**VIII– Divulgar informações confidenciais da Prefeitura em grupos de discussão, listas ou bate-papos, não importando se a divulgação foi deliberada ou inadvertida, sendo possível sofrer as penalidades previstas na forma da lei.**

**Art. 14. O superior imediato do usuário deverá comunicar quaisquer ações que comprometam a segurança, a integridade, o desempenho e a descaracterização de equipamentos e redes da Prefeitura.**

**Art. 15. O usuário, a critério de seu superior imediato e de acordo com as necessidades de serviço, poderá ter acesso a uma conta de correio eletrônico associada ao respectivo login:**

**§ 1º** As contas oficiais de e-mail da Prefeitura devem ser utilizadas, exclusivamente, para transmitir e receber informações relacionadas às atividades administrativas.

**§ 2º** As contas de e-mail particulares não terão suporte do setor de Tecnologia da Informação, podendo ser bloqueado o acesso sem prévio aviso.

**Art. 16. As contas de e-mail terão limite de espaço para armazenamento de mensagens, devendo o usuário efetuar a exclusão das mensagens inutilizadas, sob pena de ficar impedido automaticamente de enviar e receber novas mensagens, devendo casos**

**excepcionais serem encaminhados ao setor de informação de Tecnologia para análise e deliberação:**

§ 1º As mensagens enviadas ou recebidas, incluindo seus anexos, tem limitação de tamanho, sendo automaticamente bloqueadas quando ultrapassarem esse limite.

§ 2º Os anexos às mensagens enviadas e recebidas não devem conter arquivos que não estejam relacionados às atividades administrativas ou que ponham em risco a segurança do ambiente da rede local.

§ 3º Em conformidade com as diretrizes estabelecidas caso o diretor do respectivo setor julgue necessário a utilização de um endereço de e-mail adicional para um servidor, que não esteja vinculado ao domínio do departamento, solicita-se que formalize tal requisição junto ao Setor de Tecnologia da Informação.

§ 4º O e-mail seguirá o seguinte padrão:

- a) Departamento: [diretoria@natividadedaserra.sp.gov.br](mailto:diretoria@natividadedaserra.sp.gov.br)
- b) Usuário: [usuario@natividadedaserra.sp.gov.br](mailto:usuario@natividadedaserra.sp.gov.br)

**Art. 17. É considerado uso inadequado ao serviço de e-mail:**

I – Acessar contas de e-mail de outros usuários;

II – Enviar material ilegal ou não ético, comercial com mensagens do tipo corrente, spam, entretenimento e outros que não sejam de interesse da Prefeitura, bem como campanhas político-partidárias e que tenham finalidade eleitoreira;

III – Enviar mensagens que possam afetar de forma negativa a Prefeitura e seus servidores públicos.

**Art. 18. Todo caso de exceção às determinações da Política de Segurança da Informação deve ser analisado de forma individual, aplicável apenas ao seu solicitante, dentro dos limites e motivos que o fundamentaram.**

**Art. 19. O termo de responsabilidade que coloca o servidor a cumprir as determinações e deixa ciente da existência da política de Segurança da Informação, deve ser preenchido, e assinado apenas para servidores que fazem uso de tecnologias da prefeitura, sendo obrigatoriamente utilizar o portal Gov.br, conforme anexo I, para fazer a assinatura do documento.**

**Art. 20. A não observância da Política de Segurança da Informação pelos usuários configura descumprimento de dever funcional, indisciplina ou insubordinação, conforme o caso, sujeitando o infrator à incidência das sanções cabíveis, nos termos da legislação vigente.**

**Art. 21. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.**

Prefeitura Municipal de Natividade da Serra, 26 de junho de 2024.



**Prof. Gilberto Fernandes de Faria**  
Chefe do Setor Municipal de Tecnologia da Informação - SEMTI

Certifico que o Texto da Resolução suso foi publicado no Site Oficial do Município de forma eletrônica em  
<https://www.natividadedaserra.sp.gov.br/departamentos/setor-t-i/>  
<https://www.natividadedaserra.sp.gov.br/carta-de-servicos-ao-cidadao/carta-de-servicos-ao-cidadao-setor-t-i/>



## ANEXO I

### Passo a Passo para Assinatura Eletrônica do GOV.BR

#### 1. Acesse o Portal de Assinatura Eletrônica utilizando a sua conta gov.br

Certifique-se de que sua conta gov.br está validada para realizar a assinatura digital.

Caso você não tenha uma conta gov.br: acesse o portal gov.br e crie uma conta “prata” ou “ouro”.

#### 2. Faça o login na sua conta gov.br usando seu CPF e senha

Após o login, você será direcionada para a tela de "Assinatura de documento".

#### 3. Adicione o arquivo que será assinado

Clique em “Escolher arquivo” e selecione um arquivo do computador, celular ou tablet. Os arquivos devem ter extensão .DOC ou .DOCX ou .ODT ou .JPG ou .PNG ou .PDF, com até 100MB.

#### 4. Escolha o local da sua assinatura no documento

Clique no documento para definir onde sua assinatura vai ser posicionada. Em seguida, clique em “Assinar digitalmente” para validar a assinatura.

#### 5. Assine o documento

Na janela dos Provedores de Assinatura, clique em "usar gov.br". Em seguida, insira o código enviado para o seu celular.

Para receber o código no aplicativo gov.br, deixe habilitada a permissão/exibição das notificações do aplicativo.

Você verá uma mensagem de sucesso e será direcionado para a página de onde deverá baixar o documento assinado.

#### 6. Baixe o documento assinado

Clique no ícone de download para baixar o arquivo assinado e escolha o local para salvar seu arquivo.

**Atenção: Não utilize a função de imprimir o arquivo para salvar, pois o arquivo salvo dessa forma não incluirá a assinatura e o documento impresso não possui validade.**

#### 7. Consultar assinatura do documento

Verifique a assinatura em: <https://validar.iti.gov.br/> ou acesse o portal de assinaturas e adicione um arquivo que já foi assinado. As assinaturas serão listadas próximas ao documento, no campo “Assinado digitalmente por”.

Também é possível consultar as assinaturas do documento no "Painel de Assinaturas" do Acrobat Reader ou de outros leitores de PDF.